



Patricia Magno
Estudos Jurídicos

Req: GERARDO L. RABELLO SOBRINHO
Ass: PROJETO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO
Data e hora: 21/02/2022 13:58
Destino: CGDGPB
Número: 00006.000440/2022-6



LOUCURA E CIDADANIA
GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO



PROJETO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DEFENSORAS/ES

INFORMAÇÕES DA EMPRESA	
Nome: PATRICIA MAGNO ESTUDOS JURÍDICOS	
Nome de Registro: RP28 Ensino e Design Ltda.	
CNPJ: 36.770.380/0001-90	
Natureza da Empresa: privada, com objeto social específico de prestação de serviços de atividades de ensino e cursos online, inclusive curso de aperfeiçoamento jurídico e formação continuada.	
Endereço: Rua Dezoito de Outubro, 167 apto 301 – Tijuca – Rio de Janeiro - RJ	
Telefone: (21) 96727-9166	Portal: patriciamagno.com.br
Endereços eletrônicos: contato@patriciamagno.com.br; aluno@patriciamagno.com.br	
Responsável Técnica: Patricia F. Carlos Magno de Oliveira (doutora em direito)	
Sócio administrador: Rômulo de Oliveira	
Prazo da Pessoa Jurídica: indeterminado	

INFORMAÇÕES DO CURSO
Nome do Curso: SAÚDE MENTAL E SEUS DESAFIOS: TEORIA E PRÁTICA PARA DEFENSORAS/ES
Natureza do Programa: Formação Continuada Estratégica
Instituição: Defensoria Pública Estadual da Paraíba
Modalidade: à distância
Público-alvo: defensoras/es públicas/os, servidoras/es públicas/os e público externo interessado
Carga Horária: 12 horas-aula síncronas
Número de vagas: 145 vagas, sendo 05 para o LouCid (Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da Universidade Federal da Paraíba).
Período de inscrição: 07/03-03/04/2022
Período de realização do curso: 11/04-16/05/2022
Realização: Patricia Magno Estudos Jurídicos e Defensoria Pública Estadual da Paraíba
Co-organização Acadêmica: LouCid (Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da Universidade Federal da Paraíba)
Local: Ambiente Virtual de Ensino à Distância pela plataforma GOOGLE MEET

PATRICIA MAGNO ESTUDOS JURÍDICOS

e-Mail: contato@patriciamagno.com.br - WhatsApp: 96727-9166

Ricardo José Costa S. Barros
Defensor Público Estadual

AUTORIZO

ENCAMINHA-SE

EM

09/03/2022

PROTOCOLO
RECEBIDO

EM 21/02/2022

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Eliane Batista de Almeida
Protocolo - DPPB
Mat. 93.686 - 3



Patricia Magno
Estudos Jurídicos



**LOUCURA E
CIDADANIA**
GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO



VISÃO GERAL

1) JUSTIFICATIVA

Patricia Magno Estudos Jurídicos é a institucionalização da atuação acadêmica da defensora pública desde 2001 e professora universitária e de cursinhos preparatórios para concurso desde 2002, comprometida em mesclar a experiência vinda da prática e uma incansável busca por conhecimento, a fim de construir o conhecimento com quem aprende tanto quanto ensina. É o nome empresarial da pessoa jurídica de direito privado PR28 Ensino e Design Ltda., cujo objeto social inclui especificamente a prestação de serviços de atividades de ensino e cursos online, inclusive curso de aperfeiçoamento jurídico e formação continuada.

O Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da Universidade Federal da Paraíba (LouCid/UFPB) atua desde 2012 no campo dos direitos humanos em interface com a saúde mental, propondo a aproximação entre o direito e a loucura, a partir dos pressupostos da Luta Antimanicomial e dos princípios da Reforma Psiquiátrica. De modo interdisciplinar, este Grupo visa contribuir para os debates sobre a garantia do acesso ao direito e à justiça das pessoas com deficiência psicossocial¹, buscando a articulação com integrantes de segmentos, grupos e coletivos da Luta Antimanicomial e a parceria com a Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba e a Secretaria Municipal da Saúde de João Pessoa, além de instituições do Sistema de Justiça, como a Defensoria Pública do Estado da Paraíba e o Tribunal de Justiça da Paraíba, este último através do Grupo Interinstitucional de Trabalho Interdisciplinar em Saúde Mental (GITIS).

O GITIS foi instituído com a publicação da Portaria nº 001, em 12 de dezembro de 2019, pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário do Tribunal de Justiça da Paraíba (GMF-TJPB). Este Grupo de Trabalho é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades: GMF-TJPB; Vara de Execução Penal da Capital (VEP-TJPB); Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-TJPB); **DPE/PB**; MPE/PB; Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba (MEPCT/PB); Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da Paraíba (CEPCT/PB); Superintendência Estadual do Ministério da Saúde na Paraíba; Secretarias de Estado da Saúde (SES/PB) e da Administração Penitenciária (SEAP/PB); Coordenações de saúde mental do estado da Paraíba e do município de João Pessoa; Penitenciária de Psiquiatria Forense (PPF/PB); Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM); Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da

¹ Utilizamos a denominação “pessoas com deficiência psicossocial” em virtude do novo paradigma da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).



Patricia Magno
Estudos Jurídicos



**LOUCURA E
CIDADANIA**
GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Universidade Federal da Paraíba (LouCid-UFPB); Grupo de Estudos e Extensão sobre Drogas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O objetivo do GITIS é subsidiar a elaboração do Plano estadual de atenção integral à pessoa em sofrimento mental e conflito com a lei no estado da Paraíba, de acordo com a Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), em diálogo com o Grupo Condutor Estadual. Em funcionamento desde julho de 2020, o GITIS tem avançado em discussões acerca da necessária reorientação e adequação da medida de segurança à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Neste sentido, o artigo 3º, V, da referida Portaria GMF-TJPB nº 001, de 12 de dezembro de 2019, atribui ao GITIS a função de apoiar a capacitação dos/as profissionais dos Sistemas de Saúde, da Assistência Social e de Justiça para orientação acerca de diretrizes, conceitos, métodos para atenção e cuidado à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei.

Ressalta-se também a decisão da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-TJPB), prolatada no dia 1 de agosto de 2019, com orientação de prioridade para julgamentos dos processos judiciais que envolvam pessoas com transtornos mentais encarceradas, com reforço da adequação da medida de segurança à Lei nº 10.216/2001, em conformidade com a Resolução nº 113/2010 e a Recomendação nº 35/2011, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e com a Resolução nº 04/2010, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), sobretudo no que diz respeito à celeridade legalmente prevista para julgamento de Incidente de Insanidade Mental.

Ademais, destaca-se também a ação prevista no Plano Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Estado da Paraíba elaborado pelo GITIS, submetido e aprovado no Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial da Paraíba (RAPS-PB) e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), através da Resolução CIBPB n.º 19/2021. Este Plano de Atenção Integral tem como objetivo principal “Criar o Programa de Atenção Integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei no estado da Paraíba”, e prevê como ação de responsabilidade do TJPB e de outros Poderes e órgãos a criação de “Ações em Educação Permanente e Supervisão Clínico-institucional junto a profissionais dos Sistemas de Saúde, Assistência Social, Justiça, Administração Penitenciária e Segurança Pública”.

Assim, a realização deste curso pela Defensoria Pública da Paraíba significa a parcela de um empenho coletivo e do esforço de uma série de atores para o redirecionamento do modelo de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei no estado da



Patricia Magno
Estudos Jurídicos



Paraíba, que se soma ao debate acerca de ações na área da legislação e das políticas públicas; identificação de programas e serviços do SUS e do SUAS e de direitos humanos necessários para a reorientação do referido modelo; promoção da articulação entre gestores destes Sistemas com vistas a colaborar com a criação de dispositivos de gestão que viabilizem acesso e corresponsabilização pelos cuidados da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei; e o apoio a estudos e pesquisas sobre a aplicação e a execução das medidas de segurança.

Cabe ressaltar que nos anos de 2018 e 2019, o LouCid/UFPB executou um projeto de pesquisa no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM), aprovado pelo Edital 01/2018/PROPEQ da UFPB (de seleção de projetos de iniciação científica), que investigou os encaminhamentos de internações involuntárias e compulsórias pelos órgãos do Sistema de Justiça na Paraíba ao mencionado Complexo Psiquiátrico, no período compreendido entre julho de 2015 e julho de 2018. No bojo dessa pesquisa foram analisados todos os casos de internações involuntárias (encaminhadas pelo Ministério Público) e compulsórias (encaminhadas pelo Poder Judiciário) dos adolescentes naquele período. As conclusões dessa pesquisa chamam a atenção para a necessidade de ampliação do debate sobre essas modalidades de internação, que tem se acentuado cada vez mais no estado da Paraíba.

Ademais, insta destacar que nos anos de 2013 a 2020 a Professora Patricia Magno foi titular da 20ª DP do Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, tendo desenvolvido uma prática inovadora na execução das medidas de segurança no Estado do Rio de Janeiro, premiada em 1º lugar no Concurso de Práticas Exitosas do Congresso Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP), em 2017, intitulada “E assim morre o exame de cessação de periculosidade...”. A experiência de atuação nos manicômios judiciais do estado transformou-se em sua tese de doutorado em direito pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ), defendida em março de 2021, sob o título “Nas Trincheiras da Luta Antimanicomial: uma sistematização da experiência da Defensoria Pública nos manicômios judiciais do Rio de Janeiro”.

Diante disso, entendendo a importância de um curso que possa trazer reflexões sobre a internação tanto em hospitais psiquiátricos quanto em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, ainda bastante recorrentes, mesmo com a vigência da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001), da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), propõe-se o presente curso “SAÚDE MENTAL E SEUS DESAFIOS: TEORIA E PRÁTICA PARA DEFENSORAS/ES”. O curso é realizado em parceria acadêmica com o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da UFPB (co-organizador).



Patricia Magno
Estudos Jurídicos



2) OBJETIVOS DA AÇÃO EDUCACIONAL

O objetivo geral do curso SAÚDE MENTAL E SEUS DESAFIOS: TEORIA E PRÁTICA PARA DEFENSORAS/ES é promover a formação continuada de defensores/as e servidores/as da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, especialmente para atuação nas questões relacionadas à internação em hospital psiquiátrico, hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, na perspectiva dos direitos humanos. De forma específica temos como objetivo:

- Discutir a internação psiquiátrica à luz da Reforma Psiquiátrica brasileira e dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos;
- Apresentar experiências exitosas no campo da execução da medida de segurança no Brasil orientadas por princípios antimanicomiais;
- Sensibilizar defensoras/es públicos e servidores/as da Defensoria Pública da Paraíba, assim como público externo composto por profissionais da saúde mental, peritos forenses, atores e atrizes do sistema de justiça e militantes antimanicomiais para a corresponsabilização no processo de implantação do Plano Estadual de Atenção Integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei no estado da Paraíba;
- Aprofundar o diálogo com a sociedade civil, profissionais do campo jurídico e do campo da saúde mental para adequação da medida de segurança à Lei nº 10.216/2001 através de alternativas de tratamento e cuidado em saúde mental;
- Debater as concepções acerca da internação compulsória e sua relação com a Reforma psiquiátrica brasileira e a garantia dos direitos humanos;
- Conhecer e discutir o modelo social da deficiência e sua interface com os atuais instrumentos jurídicos de garantia de direitos das pessoas com deficiência.



Patricia Magno
Estudos Jurídicos



3) ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

O curso pretende contribuir para a formação continuada dos/as defensores/as e servidores/as públicas/os, visando estimular a busca por contínuo aperfeiçoamento da prática jurisdicional e o intercâmbio de saberes e práticas antimanicomiais com profissionais da saúde mental.

O curso terá caráter formativo e será realizado através do ambiente virtual de uma plataforma de videoconferência (GOOGLE MEET), sendo certo que todas as aulas contarão com a supervisão acadêmica da Professora Patricia Magno e o suporte técnico da Patricia Magno Estudos Jurídicos.

O curso está estruturado em dois módulos (integralmente composto por aulas síncronas): 1 - Reorientação das medidas de segurança à luz da Reforma Psiquiátrica brasileira e dos instrumentos internacionais de direitos humanos; 2 - Internação psiquiátrica e os instrumentos de garantia de direitos às pessoas com deficiência.

Cada um dos seis momentos de encontros síncronos será realizado através da Plataforma de videoconferência GOOGLE MEET e para ser mais interativo, contará com a participação da Defensoria Pública da Paraíba, por intermédio de um/a integrante da carreira na qualidade de debatedor/a, a fim de recortar para a realidade e necessidades de instrumentalizar a atuação defensorial o conteúdo apresentado.

Os cinco primeiros serão aulas síncronas, com a participação de um/a expositor/a especialista na temática e um/a mediador/a, para dialogar e aprofundar a respeito do conteúdo dos dois primeiros módulos, nos quais será oportunizado debate e envio de perguntas e comentários através de chat. O/a debatedor/a poderá formular questões para cada professora, sendo certo que o papel de mediação e organização das dúvidas do chat será feito pela Professora Patricia Magno.

O último momento será uma aula de encerramento onde haverá uma roda de diálogo mediada pela Professora Ludmila Correia, coordenadora do LouCid, que trará a experiência de pessoas submetidas à internação psiquiátrica, agregando a discussão dos dois primeiros módulos, além das orientações finais a respeito do curso. Cada encontro terá duração de 2 horas, sendo o link da sala de aula virtual enviado, previamente, para os/as cursistas através do e-mail cadastrado no momento da inscrição e postados no ambiente virtual. As datas de realização desses momentos síncronos, bem como o horário, estão descritas na seção do cronograma.

As inscrições seguirão duas etapas, sendo a primeira para o público interno, no máximo de 140 vagas. Na hipótese de sobragem vagas, as mesmas poderão ser ofertadas, a critério da Defensoria Pública da Paraíba. O período de inscrições compreende de 07 de



março a 03 de abril de 2022, iniciando-se as aulas no ambiente virtual no dia 11/04/2022 e encerrando-se no dia 16/05/2022.

4) MÓDULOS E EMENTAS

MÓDULO I: Reorientação das medidas de segurança à luz da Reforma Psiquiátrica brasileira e dos instrumentos internacionais de direitos humanos	CH: 6h
Ementa: Crime e Loucura. A Defensoria Pública e a reorientação jurídica das medidas de segurança à luz da Reforma Psiquiátrica e dos tratados internacionais de direitos humanos. A função da psiquiatria forense a partir da Reforma Psiquiátrica brasileira.	
MÓDULO II: Internação psiquiátrica e os instrumentos de garantia de direitos às pessoas com deficiência	CH: 6h
Ementa: A internação compulsória e a judicialização da saúde. A curatela e a Tomada de Decisão Apoiada para a adoção do modelo social no exercício da capacidade jurídica, conforme Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Violências contra as Mulheres e o Sofrimento Mental: mapeando a RAPS. Experiências singulares de internação psiquiátrica em interface com o modelo social da deficiência.	



Patricia Magno
Estudos Jurídicos



5) Programação das Aulas Síncronas

DATA	ATIVIDADES
11/04	Aula 1: A DP e a reorientação jurídica das medidas de segurança à luz da Reforma Psiquiátrica Expositor: Patricia Magno (DPE/RJ) Mediação: Monaliza Montenegro (DPE/PB)
18/04	Aula 2: A função da perícia forense: o diálogo entre psiquiatras e operadores do direito Expositora: Manuella Rodrigues de Almeida Lima (Perita TJ/GO) Mediação: Aline Salles (DPE/PB) e Phillipe Mangueira (DPE/PB)
25/04	Aula 3: Internação compulsória e judicialização da saúde Expositora: Thaisa Guerreiro (DP/RJ) Mediação: Remédios Mendes (DPE/PB) e Marcos Souto (DPE/PB)
02/05	Aula 4: Curatela e Tomada de Decisão Apoiada - o modelo social e o exercício da capacidade jurídica Expositora: Cintia Guedes (DP RJ) Mediação: Naiara Della Bianca (DPE/PB) e Marcos Freitas (DPE/PB)
09/05	Aula 5: Violências contra as Mulheres e o Sofrimento Mental: mapeando a RAPS Expositora: Hildevânia Macedo (CAPS - PB) Mediação: Raissa Paillot (DP PB) e Aline Motta (DP PB) - a confirmar
16/05	Roda de diálogo: Modelo social da deficiência: o que nos dizem as pessoas com suas experiências singulares de internação? Expositoras: Helisleide Bonfim (Papo de Mulher – BA), Josicleide Rufino da Silva (colaboradora externa do LouCid) – a confirmar e familiar da PB – a confirmar Mediação: Ludmila Cerqueira Correia (LouCid/UFPB)



6) CRONOGRAMA

MÊS	DATA	PROGRAMAÇÃO
MARÇO	07/03 a 20/03/2022	Inscrições Internas
	21/03 a 23/03/2022	Processamento dos Formulários
	28/03 a 03/04/2022	Inscrições Externas (oferta das vagas restantes)
	04/04 a 07/04/2022	Processamento dos Formulários
ABRIL/MAIO	11/04 a 16/05/2022	Realização do Curso
	11/04/2022	1º momento síncrono (15:00-17:00)
	18/04/2022	2º momento síncrono (15:00-17:00)
	25/04/2022	3º momento síncrono (15:00-17:00)
	02/05/2022	4º momento síncrono (15:00-17:00)
	09/05/2022	5º momento síncrono (15:00-17:00)
MAIO	16/05/2022	6º momento síncrono (15:00-17:00)
	23/05/2022	Prazo final para envio do vídeo das aulas e respectivas autorizações de uso de imagem para fins acadêmicos das professoras
JUNHO	---	Prazo para a Escola da Defensoria emitir os certificados



7) PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento está dividido em:

- a) Remuneração das professoras, sendo o valor bruto da hora-aula R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), independente da titulação acadêmica (quadro adiante) com a divisão das 14 horas-aula por 08 (oito) professoras, totalizando R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- b) Remuneração da Supervisão técnica, o que inclui: a abertura da sala virtual 15 minutos antes e acompanhamento de cada aula para admitir os cursistas, prestar apoio técnico nas apresentações, passagem de vídeo, filmagem da aula, garantindo o bom fluxo da aula síncrona online, até seu encerramento: R\$ 900,00 (novecentos reais).
- c) Remuneração da Supervisão acadêmica, o que inclui o acompanhamento de cada aula, a articulação para que o conteúdo proposto atinja os objetivos do curso, apoio ao mediador convidado e organização de material complementar de cada aula: R\$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais)
- d) Remuneração do Apoio Logístico, o que inclui: criação e controle dos formulários de inscrição (um para o público interno e outro para o público externo), controle do preenchimento das vagas a serem ofertadas, fornecimento de informações sobre as inscrições, envio de e-mail para os cursistas com o link de cada aula, processamento da filmagem e envio da gravação das aulas via a plataforma GOOGLE MEET. O processamento da filmagem não inclui edição. Criação de grupo do Whats App para o curso, com a modalidade de que apenas administradores podem enviar mensagens, a fim de disponibilizar também por esse meio as informações importantes sobre o curso. R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)



Professoras	Horas aula por profa	Valor Bruto total a ser pago por profa.	Total de horas aula a ser paga	Valor total a ser pago
Patrícia F. Carlos Magno	2h	R\$ 500,00	16h	R\$ 7.250,00
Manuella Rodrigues de Almeida Lima	2h	R\$ 500,00		
Cintia Guedes	2h	R\$ 500,00		
Thaís Guerreiro	2h	R\$ 500,00		
Hildevânia Macedo	2h	R\$ 500,00		
Helisleide Bonfim	2h	R\$ 500,00		
Josicleide Rufino da Silva (a confirmar)	2h	R\$ 500,00		
Familiar de usuário (a confirmar)	2h	R\$ 500,00		
Remuneração da Supervisão Técnica		R\$ 900,00		
Remuneração da Supervisão Acadêmica		R\$ 1.250,00		
Remuneração do Apoio Logístico		R\$ 1.100,00		

8) Certificação

A certificação das/os cursistas ficará sob a responsabilidade da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assim como eventual controle de frequência para a emissão dos certificados dos discentes, sendo certo que o link do formulário da lista de presença será criado e enviado pela Patricia Magno Estudos Jurídicos e disponibilizado pela plataforma da aula síncrona. Após cada aula, será encaminhada a planilha de quem subscreveu a lista em até 15 minutos após o seu término.

A certificação das/dos professores ficará sob a responsabilidade da Patricia Magno Estudos Jurídicos.



Patricia Magno
Estudos Jurídicos



Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

Profa. Dra. Patricia Carlos Magno
Coordenadora Acadêmica da Patricia Magno Estudos Jurídicos

Rômulo de Oliveira
Sócio Gerente da PR28 Ensino e Design Ltda.

Profa. Dra. Ludmila Cerqueira Correia
Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania da UFPB

Monaliza Maelly Fernandes Montenegro
Defensora Pública

Marianne Fontenelle
Defensora Pública

PROCURADORIA GERAL DE DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAIBA

Encaminhe a GEATI / Auiuhq
EM 08/03/2022

Uralfo
Maria Auxiliadora Targino de Araújo
Belaçães 8.º Andar/Chefe de Gabinete